

## **A CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN E A TRANSIÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL-ENSINO FUNDAMENTAL**

Israel Rocha Dias  
Doutorando PPGE/CE/UFES  
isrocha30@gmail.com

Rogério Drago  
DTEPE/CE/UFES e PPGE/CE/UFES  
rogerio.drago@gmail.com

Eixo Temático: Propostas curriculares e práticas pedagógicas  
Pôster de pesquisa

**Resumo:** Este estudo tem como objetivo geral investigar como se dá o processo de transição de uma criança com síndrome de Down, da educação infantil para o ensino fundamental. Para tanto, parte de um estudo preliminar nos bancos de dissertações e teses disponíveis no Brasil para identificar estudos que tiveram como foco tal transição e se algum teve como sujeito aqueles indivíduos que compõem o público-alvo da educação especial. Posteriormente, como procedimentos metodológicos, será realizada uma pesquisa de campo qualitativa com enfoque sócio-histórico, em duas instituições de ensino pertencentes ao município de Vitória-ES, sendo uma de educação infantil (2018) e outra de ensino fundamental (2019), para investigar a transição do aluno com síndrome de Down. Nesse contexto, para obter dados suficientes ao desenvolvimento e alcance dos objetivos elencados, este estudo se utilizará dos seguintes procedimentos para produção de dados: observação participante do cotidiano escolar com registro em diário de campo; entrevista semiestruturada e/ou conversas informais com os sujeitos da pesquisa; fotografias e filmagens. Sendo assim, os trabalhos visitados mostram, de fato, a transição da educação infantil para o ensino fundamental, mas no que tange à transição de sujeitos com deficiência, não foi encontrado nenhum trabalho que remetesse a transição de indivíduos com síndrome de Down ou mesmo que englobasse a inclusão. Sobre isso, levantamos alguns questionamentos acerca dessa questão: E para o aluno com síndrome de Down, como acontece essa transição? De que maneira a escola pensa essa mudança? Será que essa prática acontece? Deveria ser incluída no Projeto Político Pedagógico para se tornar uma constância? Que movimentos inclusivos são realizados/pensados para essa passagem? Como as instituições de educação infantil articulam-se com as escolas de ensino fundamental para que essas crianças tenham acesso ou conheçam esse novo lugar? Essas e outras questões, justificam e dão ineditismo à nossa proposta de pesquisa.

**Palavras-chave:** Síndrome de Down. Educação Infantil. Ensino Fundamental.

### **Introdução**

Pensando nas questões que mais nos incomodaram atuando enquanto

professor do atendimento educacional especializado (AEE) e também na educação de modo abrangente, foi então que surgiu a problemática: como acontece a transição de um nível para outro de um sujeito com síndrome de Down matriculado na escola comum? Com isso, esta pesquisa em andamento tem como objetivo geral investigar como se dá o processo de transição de uma criança com síndrome de Down, da educação infantil para o ensino fundamental.

Essa preocupação surgiu após a convivência e vivência com sujeitos nesse processo de transição. Observando que pouco se faz para que esses sujeitos cheguem nesse novo espaço ou novo nível de ensino sem causar algum estranhamento, percebemos que é necessária uma preparação para que o novo não se torne algo traumático para esse aluno.

Preliminarmente, realizamos uma busca de estudos que objetivaram analisar essa transição da educação infantil para o ensino fundamental e não encontramos nenhum estudo focando o sujeito com síndrome de Down (SD). Entretanto, encontramos estudos que buscavam estudar o processo, mas sem se aterem aos sujeitos com deficiência. Após a análise e entendimento dos estudos visitados, chega-se a algumas considerações em relação aos aspectos educacionais vivenciados tanto pelos professores quanto pelos alunos nessa fase de transição da Educação Infantil (E.I.) para o Ensino Fundamental (E. F.) e que precisam ser melhor implementados para que essa mudança não gere, por exemplo, transtornos emocionais a esses alunos, que são o foco dessa transição.

### **Síndrome de Down**

De acordo com os sujeitos com síndrome de Down têm como característica principal a deficiência intelectual, mostrando assim a complexidade e a importância de sua educação, mas não quer dizer que seu processo educativo seja impossível.

As características da síndrome de Down foram descritas em 1866 por John Langdon Down. Médico inglês que trabalhava como diretor do Asilo para

Atrasados Mentais de Earlswood, em Surrey, na Inglaterra. Mas somente em 1959, o genecista francês Jérôme Lejeune, confirmou que a causa da síndrome de Down era genética.

De modo geral, a síndrome de Down pode ser caracterizada como uma desordem genética, resultado de uma alteração genética numérica. Nas células humanas existem 46 cromossomos, que são divididos em 23 pares, mas no sujeito com síndrome de Down, devido a esta alteração, existem 47 cromossomos divididos em 23 pares, estando o cromossomo extra ligado ao par 21. Essa alteração cromossômica traz uma série de particularidades que caracterizam a síndrome em questão.

Dentre as principais características pode-se destacar, além da deficiência intelectual: cabeça grande, pés achatados, mãos pequenas, obesidade, nariz pequeno, hipotonia muscular, descamação da pele, estrabismo, catarata, pescoço curto, problemas cardiovasculares, dentre uma série de outras especificidades que, associadas, podem fazer com que tais indivíduos tenham problemas de ordem orgânica que podem interferir em seu desempenho acadêmico. Daí a necessidade de se conhecer profundamente estas características, para que tais indivíduos não sejam vistos somente em seus aspectos biológicos, mas como sujeitos cognoscentes, já que a síndrome de Down é a principal causa de deficiência intelectual cromossomicamente comprovada.

Os aspectos genotípicos da síndrome de Down estão relacionados às causas dessa síndrome, que está ligada à genética e suas alterações. Brunoni (1999, apud VOIVODIC, 2007), descreve a síndrome de Down como uma cromossomopatia, ou seja, uma síndrome cujo quadro clínico global deve ser explicado por um desequilíbrio na constituição cromossômica.

Com isso, pode-se destacar três tipos principais de anomalias cromossômicas na síndrome de Down. São elas: trissomia simples (padrão), translocação e mosaïcismo. Pode-se definir essas tipologias da seguinte maneira: trissomia simples (padrão) a maior parte dos indivíduos (95% dos casos) com Síndrome de Down apresentam três cópias livres do cromossomo 21 (trissomia do 21) em

suas células ao invés das duas cópias esperadas; translocação (4-6% dos casos) que ocorre quando o cromossomo 21 se acopla geneticamente a outro cromossomo, normalmente no cromossomo 14; e o mosaicismo (1-3% dos casos), ocorre quando o erro genético não acomete todas as células do embrião. Ambas, porém, envolvem genes do cromossomo 21, determinando as mesmas características específicas da síndrome.

Muitas crianças com síndrome de Down apresentam problemas cardiovasculares, resultantes da passagem do sangue impelido por um orifício entre as câmaras, resultado de uma válvula de funcionamento falho, ou por um segmento muito estreito de um dos grandes vasos.

Diante dos aspectos fenotípicos e genotípicos, é muito importante enfatizar que nem toda criança com síndrome de Down exibe todas essas características. Umás são mais acentuadas em algumas crianças do que em outras. Com isso, embora todas as crianças com SD possam ser reconhecidas por sua aparência física, nem todas são iguais, essas aparências podem se modificar com o decorrer do tempo.

### **Educação infantil e ensino fundamental**

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96 em seu capítulo II, seção II, “[...] a educação infantil tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social” (BRASIL, 1996).

No que se refere à Constituição Federal de 1988, o artigo 208, inciso IV, diz que, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

IV – educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação infantil – DCNEI (2010), por sua vez, definem a Educação Infantil como sendo,

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

Complementamos, ainda, tal conceito com o que diz o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI (BRASIL, 1998), que o ingresso na instituição de educação infantil pode alargar o universo inicial das crianças, em vista da possibilidade de conviverem com outras crianças e com adultos de origens e hábitos culturais diversos, de aprender novas brincadeiras, de adquirir conhecimentos sobre realidades distantes, dentre outros aspectos.

No Brasil, o ensino fundamental tem início a partir das primeiras escolas de primeiras letras e de contar, no tempo do império. Com a chegada dos jesuítas começa-se a organizar as primeiras escolas que tinham como objetivo ensinar a ler, escrever e contar aos filhos dos fazendeiros e também das classes mais altas da sociedade. A grande parcela da população era deixada de lado. Havia também os tutores dos filhos das famílias mais ricas, que ensinavam em casa.

Atualmente, o ensino fundamental no Brasil é amparado pela Lei n. 9.394/96. Nessa lei, o ensino fundamental é descrito como uma das etapas da educação básica. Tem duração de nove anos, sendo a matrícula obrigatória para todas as pessoas com idade entre 6 (seis) e 14 (quatorze) anos. A obrigatoriedade da matrícula nessa faixa etária implica a responsabilidade conjunta: dos pais ou responsáveis, pela matrícula dos filhos; do Estado pela garantia de vagas nas escolas públicas; da sociedade, por fazer valer a própria obrigatoriedade.

Até o ano de 2006, o ensino fundamental compreendia 8 anos de estudo, ou seja, dos sete aos quatorze anos. Com a nova redação proposta pela lei n. 11.274 de 2006, o ensino fundamental passa a ter 9 anos de duração e com início aos seis anos de idade.

### **Considerações metodológicas**

Este estudo tem como objetivo geral **investigar como se dá o processo de transição de uma criança com síndrome de Down, da educação infantil para**

### **o ensino fundamental.**

Como objetivos específicos este estudo pretende-se: conhecer e analisar as práticas pedagógicas que são pensadas para a transição de uma criança com síndrome de Down, da educação infantil para o ensino fundamental; analisar que ações inclusivas são implementadas para a transição de uma criança com síndrome de Down, da educação infantil para o ensino fundamental; identificar se há continuidade ou não nos processos de aprendizagem e desenvolvimento de uma criança com síndrome de Down na educação infantil e ensino fundamental.

Para o alcance dos objetivos elencados, esse estudo, a partir da natureza qualitativa, assumirá o panorama do estudo de caso descritivo numa perspectiva histórico-cultural, pois de acordo com Michel (2009, p. 53), “é uma técnica utilizada em pesquisas de campo com o objetivo de compreender o sujeito da pesquisa em seus próprios termos, ou seja, no seu próprio contexto”. Exige estudo aprofundado a fim de se reunir o maior número de informações sobre o tema de interesse, conseqüentemente, possibilita um maior aprofundamento, acompanhamento e aprendizado sobre o sujeito pesquisado, tornando assim, uma pesquisa mais rica em informações, detalhes, dentre outros aspectos.

Nesse contexto, para obter dados suficientes ao desenvolvimento e alcance dos objetivos elencados, este estudo se utilizará dos seguintes procedimentos para produção de dados: observação participante do cotidiano escolar com registro em diário de campo; entrevista semiestruturada e/ou conversas informais com os sujeitos da pesquisa; fotografias e filmagens.

O estudo será desenvolvido em dois locais distintos, na primeira fase da pesquisa, será em um Centro Municipal de Educação Infantil onde o sujeito foco do estudo estará matriculado no grupo 5 da educação infantil em 2018. Já na segunda fase, a pesquisa será realizada em uma escola também localizada no município de Vitória, mas ainda a definir, pois ainda não ficou decidido em qual escola ele será matriculado para o ensino fundamental.

## **Referencial teórico**

A ideia da inclusão é que a criança entre na escola e que permaneça nesse espaço por um tempo determinado e que nesse movimento ela aprenda e se desenvolva. E nesse meio em que essa criança está em processo de ensino e aprendizado, “o meio social é a verdadeira alavanca do processo educacional, e todo o papel do mestre consiste em direcionar essa alavanca” (VIGOTSKI, 2001b, p.65).

Nessa perspectiva, trabalhar o processo de inclusão de um sujeito com síndrome de Down na educação infantil e no ensino fundamental é trabalhar também com o processo de construção desse sujeito como um ser histórico e cultural, por isso, a necessidade, por exemplo, de trazer alguns dos aspectos essenciais da obra de Vigotski e seus colaboradores para que se possa investigar como essa criança vai construindo o seu conhecimento e se constituindo enquanto ser humano cognoscente em sua transição pelos diferentes níveis de ensino.

A escolha pelos estudos numa perspectiva histórica e cultural, dialogando principalmente com Vigotski (1991, 1996, 1997, 2000, 2001 e 2007) e seus interlocutores, se deu essencialmente porque este teórico construiu as bases de sua teoria com sujeitos muito próximos daqueles com os quais lidamos cotidianamente no contexto sócio educacional brasileiro.

## **Conclusões parciais**

Primeiro, os estudos deixam claro que as escolas, tanto por parte da E.I. quanto do E. F. não realizam um trabalho onde o foco seria a “preparação” desses sujeitos para uma nova etapa em sua vida escolar, mostram somente sua importância, mas nada de concreto é pensado.

Sendo assim, não pensar algo relacionado para preparar essas crianças para outro espaço no qual elas não têm consciência do que encontrarão por lá, é negar a elas o direito de “ir e vir” ou mesmo negar o direito de conhecer o novo

de modo saudável ou mesmo de maneira democrática, parece ser algo imposto, e isso, certamente não é algo saudável.

Outro ponto muito citado nos estudos analisados e que precisa ser destacado é a formação inicial e continuada dos professores para que se realize uma transição sadia dessas crianças, e assim, possam migrar para o ensino fundamental sem o sofrimento de deixar uma fase onde o lúdico prevalece e parte para um engessamento da aquisição da leitura e da escrita.

E ainda seguindo nesta mesma direção, os estudos evidenciam a questão do brincar. Sobre isso, os autores destacam que o lúdico, muito presente na Educação Infantil, deixa de ser trabalhado no Ensino Fundamental, principalmente no 1º ano, causando assim, um estranhamento por parte das crianças.

Os trabalhos visitados mostram, de fato, a transição da educação infantil para o ensino fundamental, mas no que tange à transição de sujeitos com deficiência, não foi encontrado nenhum trabalho que remetesse a transição de indivíduos com síndrome de Down ou mesmo que englobasse a inclusão.

Sobre isso, levantamos alguns questionamentos acerca dessa questão: E para o aluno com síndrome de Down, como acontece essa transição? De que maneira a escola pensa essa mudança? Será que essa prática acontece? Deveria ser incluída no Projeto Político Pedagógico (PPP) para se tornar uma constância? Que movimentos inclusivos são realizados/pensados para essa passagem? Como as instituições de educação infantil articulam-se com as escolas de ensino fundamental para que essas crianças tenham acesso ou conheçam esse novo lugar? Como ocorre a inclusão nesses diferentes espaços escolares? Essas e outras questões, justificam e dão ineditismo à nossa proposta de pesquisa.

## **Referências**

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília: MEC, 2010.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394.** Brasília, 1996.

MARTINATI, A. Z. **Faz de conta que eu cresci:** o processo de transição da educação infantil para o ensino fundamental. Dissertação (Mestrado em Educação) Pontifícia Universidade Católica De Campinas, 2012.

MICHEL, M. H. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais.** 2. ed. São Paulo, Atlas, 2009.

VOIVODIC, M.A. **Inclusão de Crianças com Síndrome de Down.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 173.

VIGOTSKI, L. S. **La imaginación y el arte en la infancia.** Madri: Akal, 1996.

\_\_\_\_\_. **Obras escogidas.** Fundamentos da defectologia. Tomo V. Madri: Visor, 1997.

\_\_\_\_\_. **La imaginación y el arte em la infância.** Madri: Akal, 1996.

\_\_\_\_\_. Manuscrito de 1929: psicologia concreta do homem. **Educação e Sociedade**, ano XXI, n. 71, jul./2000.

\_\_\_\_\_. **Psicologia pedagógica.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.